



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GOVERNADOR VALADARES- DPF/GVS/MG

**PORTARIA**

PEDRO CARNEIRO MENDES, Delegado de Polícia Federal, lotado e em exercício na DPF/GVS/MG, em Governador Valadares/MG, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 13.445/2017, nos art. 50 e seguintes, art. 187 e seguintes do Decreto nº 9.199/17, que regulamentou a Lei de Migração, e nas disposições da Instrução Normativa DG/PF 226/2022, de 05 de maio de 2022,

**RESOLVE:**

INSTAURAR, com base dos art. 50 e seguintes da Lei 13.445/2017, art. 187 e seguintes do Decreto 9.199/2017 e nos termos da Portaria nº 770/19, procedimento administrativo para instruir a deportação de **CATIA SOFIA DA LUZ MORAIS**, nacional de PORTUGAL, identidade/passaporte nº CF154061, data de nascimento 29/10/2002, tendo em vista que no presente processo restou demonstrado que permanece no Brasil mesmo após decorrido o prazo estabelecido para regularização de sua situação no país.

**DETERMINA:**

1. Anexar a Informação Nº 145917087, adotando as seguintes providências:
2. Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, o deportando e o defensor constituído, a apresentar, no prazo de dez dias defesa técnica escrita;
3. Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, a repartição consular do país de origem do imigrante;
4. Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, a Defensoria Pública da União, na ausência de defensor constituído, a apresentar, no prazo de vinte dias defesa técnica escrita;
5. Publicar a portaria no site eletrônico da Policia Federal;
6. Ativar alerta no Sistema de Trafego Internacional- Módulo de Alertas e Restrições: SONAR “Instaurado Procedimento de Deportação”;

**CUMPRASE**

**PEDRO CARNEIRO MENDES**  
Delegado de Polícia Federal  
Chefe da DPF/GVS/MG



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CARNEIRO MENDES, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 06/05/2026, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145917289&crc=20F8FFD4)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=145917289&crc=20F8FFD4](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145917289&crc=20F8FFD4).

Código verificador: **145917289** e Código CRC: **20F8FFD4**.

---

Referência: Processo nº 08351.000557/2026-10

SEI nº 145917289